

# AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

## Relatório

AGRUPAMENTO ESCOLAS DE  
VILA NOVA DE S. BENTO  
SERPA

Datas da visita: 13 a 15 de Fevereiro de 2008

## I - Introdução

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um “programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho”.

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa do Agrupamento de Vila Nova de S. Bento, realizada pela equipa de avaliação que visitou o Agrupamento, entre 13 e 15 de Fevereiro de 2008.

Os capítulos do relatório — caracterização da unidade de gestão, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Unidade de Gestão, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o Agrupamento, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pelo Agrupamento, será oportunamente disponibilizado no sítio *internet* da IGE ([www.ige.min-edu.pt](http://www.ige.min-edu.pt)).

### Escala de avaliação utilizada Níveis de classificação dos cinco domínios na Unidade de Gestão

**Muito Bom** — Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**Bom** — Revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**Suficiente** — Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da Unidade de Gestão. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

**Insuficiente** — Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. Não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

## II – Caracterização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento, constituído em 1999, tem sede na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Vila Nova de S. Bento, localizada em Vila Nova de S. Bento, concelho de Serpa, distrito de Beja, e integra todos os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e de 1.º Ciclo do Ensino Básico, das freguesias de Vila Nova de S. Bento e de Vila Verde de Ficalho.

Entre a Escola sede e o estabelecimento de ensino mais afastado distam 10 Km. Os residentes nas duas freguesias da área de implantação do Agrupamento, com baixos níveis de escolarização, têm registado um progressivo decréscimo e envelhecimento, com efeitos na redução da população educativa e escolar. A economia local, outrora fortemente apoiada na agricultura, tem vindo a abrir-se cada vez mais às actividades dos sectores secundário e terciário. A construção civil e o comércio adquirem notoriedade, pela percentagem de população activa que ocupam. Muitos dos habitantes recorrem à emigração.

A oferta educativa e formativa estende-se da Educação Pré-Escolar ao 9.º ano de escolaridade, incluindo, ainda, dois Cursos de Educação e Formação (CEF), de Informática, Tipo 2. A população escolar é de 536 crianças e alunos, sendo que 53,3% frequentam a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo, 42% o 2.º e o 3.º Ciclos e 4,6% os CEF. De acordo com os dados trabalhados pela Unidade de Gestão, 23,5% dos discentes beneficiam de apoios sócio-económicos e 19,2% são transportados. Os que residem em Crespo necessitam de sair dos respectivos domicílios às 6 horas, para percorrerem uma distância de 14 Km, iniciando as actividades lectivas às 8 horas e 10 minutos e apenas regressando a casa perto das 19 horas.

A educação e o ensino são assegurados por 66 docentes dos vários níveis e ciclos de ensino: 62,1% são do Quadro de Escola, 28,8% do Quadro de Zona Pedagógica e 9,1% Contratados, dos quais, 77,3% têm 10 ou mais anos de experiência profissional. As funções não docentes são desempenhadas por 40 funcionários.

Segundo os dados do “perfil do Agrupamento”, 79,8% dos pais e das mães têm como habilitações escolares o Ensino Básico (25,3% o 1.º Ciclo, 42,8% o 2.º Ciclo e 16,7% o 3.º Ciclo), 8,6% concluíram o Ensino Secundário e 7,1% são bacharéis ou licenciados. Profissionalmente, exercem actividades em diferentes áreas, de que se destacam: *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares* (18,2), *Pessoal de Serviço e Vendedores* (9,1%) e *Empregados de Escritório* (7,5%). Cerca de 14,1% são *Trabalhadores não Qualificados* e 21,5% não têm profissão ou esta é desconhecida. Do universo das 423 mães, 35,3% não declararam actividade profissional.

Todos os Jardins-de-Infância e Escolas do 1º Ciclo desenvolvem actividades de prolongamento de horário, de apoio à família e de enriquecimento curricular.

## III – Conclusões da avaliação por domínio

### 1. Resultados

**Bom**

Os resultados escolares são analisados, regular e sistematicamente, nos diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa, e determinam a adopção de medidas e de estratégias que contribuem para a sua melhoria. Não são comparados com os de outros estabelecimentos de ensino. É no 3.º Ciclo que se regista a taxa mais elevada de insucesso escolar, em particular nas disciplinas de Matemática e de Inglês. O abandono escolar não tem significado.

A formação para a cidadania, favorecida pela reduzida dimensão dos estabelecimentos de educação e de ensino e da população escolar, tem carácter transversal e envolve toda comunidade. A identificação com o Agrupamento é fomentada, através da realização de actividades. Os discentes são responsabilizados pelos seus resultados escolares. O mérito é valorizado, não obstante não haver qualquer quadro de valor.

Os alunos são disciplinados, cumprem as regras estabelecidas e intervieram na definição do código de conduta das respectivas salas de aula. O relacionamento entre alunos, docentes e funcionários é de qualidade. A autoridade é reconhecida e aceite. A assiduidade e a pontualidade não constituem problema.

A melhoria dos resultados escolares e da qualidade das aprendizagens e a promoção do aumento da escolaridade da população da área do Agrupamento estiveram na origem da diversificação da oferta formativa. Apesar da importância dada aos resultados, não existe uma estratégia clara para a sua divulgação no exterior.

### 2. Prestação do serviço educativo

**Suficiente**

A articulação curricular e a coordenação pedagógica, a cargo do Conselho Pedagógico e das estruturas de orientação educativa, são reforçadas pelo contacto e pela troca regular de informações entre os docentes, pela partilha de experiências e de materiais e pela cooperação nas actividades. A articulação interdepartamental não

tem grande visibilidade no conjunto das actividades propostas. A articulação entre ciclos revela-se mais consistente entre a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo e entre o 2.º e o 3.º Ciclo.

Os docentes articulam-se, sobretudo, ao nível do Conselho de Turma, debatendo problemas concretos das turmas e dos alunos, delineando medidas de apoio e estratégias de diferenciação pedagógica, promovendo a interdisciplinaridade, quando possível, e partilhando recursos. Não existem práticas efectivas e regulares de calibração de testes e de classificações. Também não foram instituídos procedimentos de supervisão da prática lectiva dos docentes.

A identificação dos alunos com necessidades educativas especiais ou com dificuldades de aprendizagem é, geralmente, feita pelos docentes titulares de grupo ou de turma e pelos Conselhos de Turma, sendo ainda implicados, tal como os demais intervenientes, na organização da educação e do ensino e na individualização e na diferenciação da aprendizagem.

O alargamento da oferta curricular teve em conta as características da população escolar a que se dirigiu. A inserção na vida activa dispõe de uma unidade na escola sede, no quadro de um acordo estabelecido com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

### 3. Organização e gestão escolar

**Suficiente**

O Projecto Educativo organiza-se em torno das dificuldades identificadas, entendidas como áreas de intervenção prioritária, e fixa os objectivos, gerais e específicos, da política educativa do Agrupamento, se bem que a relação entre problemáticas educativas e objectivos seja pouco nítida. Assinala-se, por outro lado, a inexistência de metas e de critérios de sucesso. O Projecto Curricular de Escola concretiza o currículo nacional e contém as orientações pedagógicas para os vários níveis e ciclos de educação e de ensino, sendo um instrumento adequado de gestão pedagógica. O Plano Anual de Actividades estrutura-se de forma autónoma.

A gestão dos recursos humanos, da responsabilidade do Conselho Executivo, atende ao perfil de formação e às competências pessoais e profissionais dos funcionários. A distribuição de serviço docente obedece a critérios de natureza pedagógica, enfatizando o da continuidade educativa. A leccionação dos Cursos de Educação e Formação foi atribuída, preferencialmente, aos docentes que se voluntariaram para o efeito. Na gestão dos auxiliares de acção educativa prevalece o critério de rotatividade de funções. Os Serviços de Administração Escolar funcionam por Gestão de Processos e respondem às necessidades do Agrupamento.

Na generalidade, os estabelecimentos de ensino dispõem de instalações, de espaços e de equipamentos adequados às necessidades da actual oferta educativa e da população escolar. Na escola sede é salientada a necessidade de um pavilhão desportivo e de algumas reparações. Os recursos financeiros provêm, no fundamental, do Orçamento de Estado.

O envolvimento dos pais e dos encarregados de educação, mais activo na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo, constitui uma área de intervenção prioritária.

O Agrupamento procura garantir condições de equidade e de justiça, permitindo o acesso dos alunos às diferentes ofertas e recursos, em condições de igualdade. Investe na inclusão escolar, mobilizando os recursos e estratégias e diversificando a oferta formativa. Tenta também minimizar os constrangimentos decorrentes das assimetrias sócio-económicas da população discente, através dos Serviços de Acção Social Escolar.

### 4. Liderança

**Suficiente**

O Agrupamento, embora não manifeste uma visão clara do seu desenvolvimento para os próximos dez anos, afirma, no entanto, como linhas orientadoras da sua acção, a melhoria dos resultados escolares, o aprofundamento da articulação pedagógica e o alargamento da oferta educativa. A qualidade do clima, a abertura e a eficiência da gestão favorecem a consecução dos seus desígnios.

Os responsáveis dos diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa conhecem as suas competências e exercem-nas, de forma articulada. Mostram-se empenhados no trabalho em equipa e na promoção de um clima de entreajuda, potenciado pela estabilidade do corpo docente.

O Conselho Executivo colabora com as demais instâncias do Agrupamento e é receptivo às propostas que lhe são dirigidas pela comunidade. A Assembleia e o Conselho Pedagógico têm, por seu lado, contribuído com as respectivas intervenções para o reforço da coesão interna da instituição educativa.

O Agrupamento está aberto a novos projectos e experiências, tirando partido das ofertas do Ministério da Educação. A inovação é, de igual modo, evidenciada pela progressiva utilização das Novas Tecnologias de Informação e sua associação às práticas de ensino.

Foram estabelecidas parcerias com entidades locais e regionais, com destaque para a Câmara Municipal de Serpa e para as Juntas de Freguesia de Vila Nova de S. Bento e de Vila Verde de Ficalho, com vista ao acesso aos recursos

por elas disponibilizados, em face dos constrangimentos geográficos e sócio-económicos do meio. Estabeleceu intercâmbio internacional com escolas da Suécia, de Itália e da Roménia, através do Programa Comenius.

## 5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento

**Insuficiente**

A avaliação interna, privilegiando o desempenho dos órgãos e das estruturas e as actividades realizadas, tem carácter fragmentado, não facultando uma avaliação rigorosa dos objectivos definidos no Projecto Educativo, nem dos progressos alcançados, nas áreas de acção prioritária, tanto mais que não foram estabelecidas metas e critérios de sucesso. Por outro lado, a inexistência de planos de melhoria, numa perspectiva de actuação integrada e sistémica, fragiliza o processo de desenvolvimento do Agrupamento. À data desta intervenção, não tinha sido constituída uma equipa de auto-avaliação.

Embora tenha identificado os domínios em que se concentram as suas fragilidades e pretenda reduzir o impacto destas no seu funcionamento, o Agrupamento não dispõe, ainda, de um processo consistente de auto-avaliação e de regulação interna, obstáculo ao aprofundamento e à sustentação do progresso. Demonstra, contudo, capacidade para exercer autonomia, no quadro legal fixado, nos domínios da gestão pedagógica, administrativa e financeira.

## IV – Avaliação por factor

### 1. Resultados

#### 1.1 Sucesso académico

O Agrupamento de Escolas de Vila Nova de S. Bento atribui grande importância aos resultados escolares, procedendo, regular e sistematicamente, à sua análise, nos diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa. A melhoria do desempenho escolar dos alunos foi determinante da adopção de medidas e estratégias de apoio educativo (sala de estudo, tutoria, ensino diferenciado na sala de aula, reforço do ensino nas áreas disciplinares com maior insucesso escolar, promoção de Cursos de Educação e Formação e educação especial). Os resultados escolares não são comparados com os de outros estabelecimentos de ensino.

A análise dos dados tratados pela instituição avaliada, relativos aos anos de 2003/04 a 2006/07, evidencia, na generalidade, uma melhoria de resultados, nos diferentes ciclos de ensino. O 3.º Ciclo é o que regista as taxas mais elevadas de insucesso, em particular, nos últimos três anos lectivos. As disciplinas de Matemática e de Inglês são as que, de momento, suscitam maiores preocupações.

Segundo o “perfil do Agrupamento”, o 1.º Ciclo foi concluído, no ano lectivo de 2006/07, por 88% dos alunos, registando-se a percentagem mais elevada de retenções no 2.º ano de escolaridade (13,6%), em consequência, como explicado pela Unidade de Gestão, da transição automática dos alunos do 1.º ao 2.º ano. Na Prova de Aferição de Língua Portuguesa de 4.º ano, os alunos obtiveram uma percentagem de níveis 1, 2 e 3 (79%), inferior à nacional (90,6%); na Prova de Aferição de Matemática de 4.º ano, a percentagem de níveis positivos (78%) foi, também, inferior à nacional (83,1%).

O 2.º Ciclo foi concluído, no mesmo ano lectivo, por 96,2% dos alunos. Nas Provas de Aferição de 6.º ano, a percentagem de níveis 1, 2 e 3 foi superior à nacional, tanto em Língua Portuguesa (86%, em face de 83,3%), como em Matemática (61%, comparativamente a 56,9%).

O 3.º Ciclo, de acordo ainda com os dados do perfil, foi terminado, no ano lectivo de 2006/07, por 88,6% dos alunos, percentagem superior às taxas de transição dos 7.º e 8.º anos. A análise dos resultados dos exames nacionais de 9.º ano, nos anos lectivos de 2005/06 e de 2006/07, destaca uma acentuada melhoria na disciplina de Língua Portuguesa. A percentagem de níveis positivos subiu de 39% para 93,9%, tendo superado os valores nacionais (84%), apesar de nenhum dos alunos ter sido classificado com o nível 5. Em 2006/07, ao contrário do que sucedera no ano lectivo anterior, a média das classificações dos alunos no exame (3,3) foi também superior à média nacional (3,2) e à média da classificação interna de frequência (3,1).

No Exame Nacional de Matemática de 9.º ano, os resultados sofreram um agravamento entre os dois anos lectivos em apreciação, de 36,6% para 18,2% de níveis positivos. A média das classificações nos dois anos (2,2), em ambos, mais baixa do que a média da classificação interna de frequência (3,0), foi inferior, no primeiro dos anos, à classificação média nacional (2,4) e idêntica, no segundo.

Enquanto que o sucesso escolar foi imputado à estabilidade e ao empenho do corpo docente, o insucesso foi atribuído às baixas expectativas escolares dos alunos e das suas famílias, à falta de hábitos e de métodos de estudo, bem como aos baixos níveis de escolaridade dos encarregados de educação.

O abandono escolar não tem significado. No ano lectivo transacto, apenas dois alunos não concluíram a escolaridade obrigatória. O risco de abandono escolar, em consequência de insucesso escolar repetido, foi determinante do alargamento da oferta formativa aos dois Cursos de Educação e Formação, de Informática, tipo 2.

### **1.2 Participação e desenvolvimento cívico**

O clima e a reduzida dimensão das escolas e da população escolar contribuem para um contexto formativo alargado, em que a promoção de atitudes e de valores é assumida por todos os profissionais.

Os alunos são envolvidos no funcionamento das respectivas turmas, na definição de regras de sala de aula e na apresentação de propostas de actividades. Os dos 2.º e 3.º Ciclos estão representados, através dos delegados de turma, nos Conselhos de Turma, participando, essencialmente, nas questões relacionadas com o comportamento e com a disciplina.

A formação para a cidadania, objecto privilegiado da área de Formação Cívica, tem carácter transversal. Tanto os titulares de grupo ou de turma como os Directores de Turma dão-lhe grande relevo, procurando cultivar nas crianças e nos alunos o espírito de solidariedade e o respeito pelos outros.

Os alunos tiveram conhecimento dos direitos e deveres que lhes assistem, constantes do Regulamento Interno, por intermédio dos Directores de Turma. Não intervieram, no entanto, na elaboração do actual Projecto Educativo. A identificação com o Agrupamento tem sido fomentada, por actividades em que os alunos participam, em representação da comunidade educativa (competições desportivas, concursos, representações teatrais, desfiles e iniciativas integradas na Semana Cultural).

Os discentes são responsabilizados pelos seus resultados escolares. O seu mérito é valorizado, não obstante a inexistência de qualquer quadro de valor.

### **1.3 Comportamento e disciplina**

Os alunos são disciplinados e cumprem com as regras estipuladas. Intervieram na definição do código de conduta das respectivas salas de aula. O relacionamento entre alunos, docentes e funcionários pauta-se por respeito mútuo.

A autoridade é reconhecida e aceite. O Conselho Executivo, em articulação com os demais agentes educativos e com os encarregados de educação, exerce a sua acção nas situações que exigem maior atenção. Há docentes que têm estabelecido uma relação de maior proximidade com alguns alunos, no quadro de um efectivo exercício de tutoria, incentivando-os a continuar a escolaridade e alertando-os para situações de risco.

A assiduidade e a pontualidade, não constituindo problema no Agrupamento, são objecto de avaliação.

### **1.4 Valorização e impacto das aprendizagens**

A melhoria dos resultados escolares e da qualidade das aprendizagens, assim como o aumento da escolaridade da população da área de inserção do Agrupamento, domínios de acção prioritários, suportam a adopção de medidas e de estratégias e fundamentam a diversificação da oferta formativa. Apesar da atenção dada ao desempenho escolar dos alunos, não foram definidas metas que permitam monitorizar os progressos alcançados, nas diferentes disciplinas, a não ser em Matemática. Também não existe uma estratégia clara de divulgação dos resultados na comunidade, numa perspectiva de valorização e de afirmação local, ainda que todos possam aceder à consulta das pautas. É certo que os estabelecimentos de educação e de ensino, dada a pequena dimensão das comunidades que os servem, são naturalmente instituições com grande projecção e visibilidade.

Os resultados foram apreciados por alunos e por pais e encarregados de educação e associados ao empenho e à disponibilidade dos docentes. Estes sentem-se gratificados, sobretudo, pela melhoria das taxas de sucesso escolar nos últimos anos lectivos.

Os docentes, em particular os Directores de Turma, têm procurado valorizar a escola e as aprendizagens que ela promove, não só no plano da formação pessoal e social dos discentes, como no acesso futuro a uma profissão. O incentivo a uma implicação mais activa dos encarregados de educação é constante.

## **2. Prestação do serviço educativo**

### **2.1 Articulação e sequencialidade**

A articulação curricular e a coordenação pedagógica, a cargo do Conselho Pedagógico e das estruturas de orientação educativa, são reforçadas, se bem que num quadro de alguma informalidade, pelo contacto e pela troca

regular de informações entre os docentes, pela partilha de experiências e de materiais e pela cooperação nas actividades. Das competências exercidas pelos Departamentos Curriculares e pelos Conselhos de Docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, destacam-se o planeamento didáctico e a verificação do cumprimento dos programas, a definição de critérios gerais de avaliação, a análise dos resultados escolares, a identificação dos principais factores que os influenciam e a definição de medidas de apoio. Nos Departamentos Curriculares, o trabalho relacionado com cada disciplina, nos planos científico e didáctico, é assegurado pelas áreas disciplinares, nas quais tiveram origem muitas das actividades inscritas no Plano Anual de Actividades. A articulação interdepartamental não tem grande visibilidade no conjunto das actividades propostas.

Os docentes tentam realizar a interdisciplinaridade, a qual adquire contornos mais claros no Projecto Curricular de Turma e no trabalho efectivo com as turmas.

A articulação entre ciclos, favorecida pela interacção frequente entre os docentes e pela utilização de espaços e de equipamentos comuns, nos diferentes estabelecimentos de educação e de ensino, revela-se mais consistente da Educação Pré-Escolar para o 1.º Ciclo e do 2.º para o 3.º Ciclo, constituindo, na óptica do Agrupamento, um domínio a aprofundar. A continuidade educativa tem sido privilegiada ao longo de cada ciclo, através da adopção de critérios de distribuição de serviço docente, que privilegiam a atribuição das turmas aos docentes que as leccionaram no ano lectivo anterior. A transição entre ciclos tem merecido atenção, quer na constituição de turmas quer na disponibilização de informação sobre o historial educativo e escolar das crianças e dos alunos. O ingresso e a integração dos alunos no 2.º Ciclo, associados à mudança de estabelecimento de ensino e de modelo de organização escolar, têm envolvido os docentes do 1.º Ciclo e os Directores de Turma do 2.º Ciclo. A recepção dos alunos e dos encarregados de educação pelo Presidente do Conselho Executivo e pelos Directores de Turma, no início do ano lectivo, faz, de igual modo, parte dos procedimentos adoptados.

O prosseguimento de estudos, após conclusão do Ensino Básico, é precedido de informação aos alunos sobre as ofertas de Ensino Secundário ou de outras com carácter profissionalizante.

## 2.2 Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula

O planeamento didáctico, em sede de Conselho de Docentes e de Departamento Curricular, por ano de escolaridade e por área disciplinar, é depois adequado pelos docentes aos contextos e situações concretas das turmas. O planeamento das áreas curriculares não disciplinares visa as finalidades e as orientações constantes do Projecto Curricular de Escola.

Embora não tenham sido instituídos procedimentos de supervisão da prática lectiva dos docentes, é recolhida informação, em sede das estruturas de orientação educativa, que permite fazer o acompanhamento indirecto dos desempenhos respectivos. Os coordenadores de Departamento Curricular estão atentos ao desenvolvimento das actividades, mostrando-se disponíveis para apoiar os colegas, em caso de necessidade. A reduzida dimensão do corpo docente e o trabalho de cooperação e de entreajuda enquadram e favorecem o desempenho profissional dos professores, em especial dos menos experientes.

Os docentes interagem ao nível do Conselho de Turma, debatendo problemas concretos das turmas e dos alunos, delineando medidas de apoio e estratégias de diferenciação pedagógica, articulando interdisciplinarmente, quando possível, e partilhando recursos.

A avaliação dos alunos obedece aos critérios de avaliação aprovados pelo Conselho Pedagógico, para cada área disciplinar. Na ausência de práticas efectivas e regulares de calibração de testes e de classificações, os docentes trocam, por vezes, impressões sobre instrumentos de avaliação, elaborando, alguns deles, testes em conjunto.

As necessidades de formação do corpo docente são identificadas nos Conselhos de Docentes e nos Departamentos Curriculares. O Centro de Formação de Serpa, Moura e Barrancos também procede, com regularidade, ao levantamento das necessidades de formação. Nos dois últimos anos lectivos, os docentes frequentaram um conjunto alargado de acções de formação, a cargo de diferentes entidades. Acederam, ainda, a acções internas, no âmbito das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC).

## 2.3 Diferenciação e apoios

A identificação dos alunos com necessidades educativas especiais ou com dificuldades de aprendizagem é, em geral, efectuada pelos docentes titulares de grupo ou de turma, na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo, e pelos Conselhos de Turma, nos restantes ciclos de ensino. São estes que espoletam o processo que conduz à resposta educativa, intervindo depois o Órgão de Gestão, a Psicóloga, os docentes de Educação Especial e do ensino regular, o Centro de Saúde e as famílias e, quando necessário, a Equipa de Intervenção Precoce e outros serviços especializados de apoio (Centro de Paralisia Cerebral de Beja, Associação de Pais e Amigos de Crianças com Deficiência Mental de Moura, Centro de Saúde Mental de Beja, ...).

Os estabelecimentos de educação e de ensino são frequentados por 23 crianças e alunos com necessidades educativas especiais, 10 das quais com currículo escolar próprio ou com currículo alternativo, apoiadas, directamente, por duas docentes da Educação Especial e por uma de apoio sócio-educativo. Os recursos humanos especializados são julgados insuficientes pela Unidade de Gestão, atendendo ao elevado número de alunos com necessidades especiais de educação e ao número de horas semanais (14h) que a psicóloga disponibiliza ao Agrupamento.

A individualização e a diferenciação do ensino são assumidas pelos titulares de grupo e de turma e pelos Conselhos de Turma, de acordo com as necessidades das crianças e dos alunos. De entre as metodologias adoptadas, destacam-se a sala de estudo, o ensino diferenciado dentro da sala de aula e a tutoria, modalidade que pretende tirar partido da interacção de alunos em diferentes níveis de aprendizagem.

#### **2.4 Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem**

O Agrupamento alargou a sua oferta curricular a dois Cursos de Educação Formação, de Informática, visando uma população escolar, caracterizada, em traços gerais, por insucesso escolar repetido e em risco de abandono escolar. A inclusão desta formação teve em conta a forte componente prática que a integra, mais adequada ao perfil e às características dos alunos, bem como o seu carácter profissionalizante. A inserção na vida activa dispõe de uma unidade (UNIVA) na escola sede, no quadro de um acordo estabelecido com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que presta informação escolar e profissional aos alunos e os orienta na definição dos respectivos percursos formativos. Apoia, também, a população adulta, nos planos profissional e escolar, promovendo, em conjunto, com o Agrupamento, cursos de formação profissional de dupla certificação e o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), em parceria com o Centro Aprender Mais da Rota do Guadiana.

Para lá da oferta curricular obrigatória, o Plano Anual de Actividades inclui um rol alargado de actividades e de projectos, propiciadores de experiências de aprendizagem mais diversificadas e activas, em diferentes áreas e domínios (Desporto, Língua Portuguesa, Matemática, Saúde, Ambiente, Ciências, Segurança, entre outros).

O Projecto Ciência Viva, em que a escola esteve implicada até final do ano lectivo transacto, deu maior visibilidade ao ensino das ciências e gerou situações de aprendizagem partilhadas por alunos do 1.º e do 3.º Ciclos. Os desdobramentos nas disciplinas de Ciências e de Físico-Química têm sido utilizados para a realização de práticas experimentais.

O ensino artístico insere-se na gestão curricular das áreas de Expressão Curricular e Artísticas e em muitas das actividades inscritas no Plano Anual de Actividades. Realça-se o embelezamento dos espaços escolares interiores, com trabalhos das turmas, e o arranjo do espaço exterior pelos alunos, com o auxílio de professores e de auxiliares de acção educativa. No presente, estão em funcionamento quatro clubes, dois de Teatro (um na escola sede, outro no JI de Vila Nova de S. Bento) e outros dois, de Teatro e de Cinema, no JI de Vila Nova de S. Bento.

### **3. Organização e gestão escolar**

#### **3.1 Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade**

O Projecto Educativo, em vigor no triénio 2006-2009, resultou da avaliação do anterior e organiza-se em torno de cinco problemas, entendidos por áreas de intervenção prioritária, e estabelece os objectivos, gerais e específicos. A relação entre uns e outros não está bem clarificada. Por outro lado, o elevado número de objectivos dificulta a operacionalização, a monitorização e a avaliação dos mesmos, a que acresce a indefinição de metas e de critérios de sucesso.

O Projecto Curricular de Escola concretiza o currículo nacional e contém as orientações pedagógicas para os vários níveis e ciclos de educação e de ensino, revelando-se um instrumento de gestão pedagógica adequado. Define critérios para a atribuição de serviço docente, em concreto, nas áreas curriculares não disciplinares, nos diferentes ciclos de ensino. A Área de Projecto, no 2.º Ciclo, é assegurada por dois docentes de áreas disciplinares diferentes, um deles o Director de Turma e o outro de uma área artística. No 3.º ciclo, é atribuída a um professor do Conselho de Turma, ou a dois docentes, caso haja disponibilidade de crédito horário. Na leccionação de Estudo Acompanhado foi opção do Agrupamento implicar um docente de Matemática.

Além do planeamento disciplinar, a cargo dos Departamentos Curriculares e das áreas disciplinares, existe o Plano Anual de Actividades, no qual ressaltam as acções e os projectos propostos pelos Conselhos de Docentes, Departamentos Curriculares e áreas disciplinares, que se estrutura de forma autónoma, sem operacionalizar os objectivos do Projecto Educativo.

### 3.2 Gestão dos recursos humanos

A gestão dos recursos humanos, da responsabilidade do órgão de gestão, atende, de preferência, ao perfil de formação e às competências pessoais e profissionais dos funcionários e às necessidades decorrentes do regular funcionamento da instituição educativa, procurando rentabilizar os recursos e prestar um serviço de qualidade.

Neste sentido, a distribuição de serviço docente respeita critérios de natureza pedagógica, em que sobressai a continuidade educativa, no acompanhamento dos grupos/turmas, pelos mesmos docentes, ao longo de cada nível/ciclo de ensino. Também a atribuição do cargo de Director de Turma obedece aos requisitos constantes do Projecto Curricular de Escola, privilegiando não só a continuidade no cargo, como o conhecimento do meio e a antiguidade profissional dos docentes. Os Cursos de Educação Formação, consideradas a natureza e a especificidade da formação e as características da população escolar que os frequenta, são leccionados, sobretudo, pelos professores que se voluntariaram para o efeito. A estabilidade do corpo docente revela-se um factor que favorece o conhecimento dos desempenhos, as motivações e as aptidões.

Na gestão dos auxiliares de acção educativa, prevalece o critério de rotatividade de funções, por ser, na óptica do Conselho Executivo, o que garante as melhores condições para uma eventual substituição dos profissionais. Exceptuam-se as funcionárias da Biblioteca, em virtude da formação específica necessária, e o da Papelaria e Reprografia, pelo conhecimento técnico inerente às funções que desempenha.

Os Serviços de Administração Escolar funcionam por gestão de processos, modalidade que permite o atendimento personalizado dos utentes e responde, de forma mais eficaz, às necessidades do Agrupamento. Os funcionários frequentaram acções de formação, consentâneas com o desempenho das suas funções.

### 3.3 Gestão dos recursos materiais e financeiros

A EB 2,3 de Vila Nova de S. Bento dispõe, na generalidade, de instalações, espaços e equipamentos adequados à população escolar e à actual oferta educativa. É, todavia, assinalada a falta de um pavilhão gimnodesportivo, de reparação de soalhos, em algumas das salas, e de remoção da alcatifa, na sala utilizada para a prática de Educação Física. Foi, de igual modo, referida a inexistência de um espaço coberto, no exterior, para o abrigo de alunos, perante condições climatéricas adversas.

Os estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo beneficiaram de obras de melhoramento e apresentam boas condições para a prática lectiva, dispondo de recursos didácticos apropriados, em particular de meios informáticos, tal como de climatização. O pólo de Educação Pré-Escolar Itinerante de A-do-Pinto está instalado num edifício, construído de raiz, no ano lectivo transacto, e detém boas condições para a educação das crianças.

Os recursos financeiros provêm, no fundamental, do Orçamento de Estado, e dos lucros do bufete e da papelaria, estes mobilizados para as despesas emergentes. A Assembleia definiu as linhas orientadoras para a elaboração do Projecto de Orçamento.

### 3.4 Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa

O envolvimento dos pais e dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos constitui uma área de intervenção prioritária do Agrupamento. A Associação de Pais está, por enquanto, inactiva, não garantindo a representação que lhe está atribuída nos órgãos do Agrupamento. A colaboração dos pais na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo, níveis em que tem maior visibilidade, leva-os a contactos frequentes com os docentes, ao acompanhamento regular do percurso formativo dos seus filhos e a uma maior intervenção nas iniciativas escolares. Nos 2.º e 3.º Ciclos, estão representados nos Conselhos de Turma, em cujas reuniões participam, e interagem com os Directores de Turma, por iniciativa própria ou quando convocados. A sua presença é mais evidente, no final de cada período lectivo, para recolha dos registos de avaliação, e nos eventos promovidos pela escola, em especial, na comemoração do Carnaval e na Semana Cultural.

Os Directores de Turma informaram os pais sobre os horários de atendimento, disponibilizando-se para os receber em período diferente do estabelecido, tendo feito entrega de um documento com informação útil acerca das principais disposições regulamentares. Nos contactos mantidos, foi incentivada a participação dos encarregados de educação.

A interacção com outros elementos da comunidade é visível nas parcerias/protocolos que o Agrupamento estabelece com as instituições locais.

### **3.5 Equidade e justiça**

O Agrupamento procura garantir condições de equidade e de justiça, permitindo o acesso dos alunos às diferentes ofertas e equipamentos, em condições de igualdade. Investe também na inclusão escolar, mobilizando os recursos e implementando as estratégias apropriadas, mediante a adopção de modalidades e de medidas de apoio, de acordo com as necessidades individuais dos alunos, e no alargamento da oferta formativa, pretendendo, deste modo, contribuir para a melhoria das aprendizagens e prevenir o abandono escolar. Tenta minimizar os constrangimentos resultantes das assimetrias sócio-económicas da população discente, apoiando-a através dos Serviços de Acção Social Escolar.

A preocupação com a melhor integração dos alunos reflecte-se na constituição de turmas, orientada pela continuidade dos grupos e sua leccionação pelos mesmos docentes, e na elaboração de horários, pela redução dos tempos de espera e pelo acesso às actividades de complemento e de enriquecimento curricular. Não se verificando indisciplina, a gestão de conflitos e a prevenção de comportamentos desajustados têm envolvido, de forma concertada, os diferentes profissionais.

## **4. Liderança**

### **4.1 Visão e estratégia**

Os objectivos do Projecto Educativo decorrem dos problemas enunciados e orientam a acção educativa para o triénio de 2006-2009, sendo que a inexistência de metas e de critérios de sucesso constitui um obstáculo à monitorização e à avaliação do Agrupamento. Este, não possuindo uma visão clara sobre o seu desenvolvimento para os próximos dez anos, aponta, no entanto, como vectores explícitos da gestão, a melhoria dos resultados escolares, nas áreas disciplinares de maior insucesso, o aprofundamento da articulação pedagógica, vertical e horizontal, e o alargamento da oferta educativa, na dupla dimensão da prevenção do abandono escolar e da satisfação dos interesses e das necessidades dos alunos. A promoção de uma segunda oportunidade de estudos, de nível secundário, dirigida à população adulta da sua área de influência, é, da mesma forma, um propósito.

A qualidade do clima, a abertura e a eficiência da gestão, reconhecidas por toda a comunidade, são factores favoráveis à consecução dos desígnios do Agrupamento. O profissionalismo dos docentes e o apoio prestado às crianças e aos alunos foram sublinhados pelos pais e encarregados de educação, que os associaram à optimização das aprendizagens e dos resultados.

### **4.2 Motivação e empenho**

Os representantes dos diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa conhecem as suas competências e mostram-se empenhados em fomentar o trabalho em equipa e em propiciar um clima de partilha e de entreajuda. A estabilidade do corpo docente potencia o trabalho colaborativo entre professores e induz a adopção de metodologias e estratégias, tendentes à melhoria do ensino e da aprendizagem.

O Conselho Executivo articula-se com as demais instâncias do Agrupamento e mostra-se receptivo, por um lado, às propostas que lhe são dirigidas pela comunidade escolar, tentando compatibilizar, sempre que possível, os interesses dos alunos, e, por outro, a novos projectos, disponibilizando a informação e os meios necessários à sua concretização. A Assembleia e o Conselho Pedagógico têm contribuído, de igual modo, com as respectivas intervenções, para o reforço da coesão interna da instituição educativa.

### **4.3 Abertura à inovação**

O Agrupamento está aberto a novos projectos e experiências, tirando partido, em especial, das ofertas do Ministério da Educação. Destacam-se o Plano Nacional de Leitura, o Plano de Acção da Matemática, o Projecto Portáteis na Escola, o Projecto do Desporto Escolar e o Projecto Ciência Viva (findo no ano lectivo transacto). Este último adquiriu contornos inovadores no envolvimento activo dos alunos dos 1.º e 3.º Ciclos e no ensino experimental das ciências.

A inovação está relacionada com a progressiva utilização das Novas Tecnologias de Informação e sua associação às práticas de ensino. O Agrupamento dispõe de equipamentos informáticos adequados à realização das actividades, utilizando já uma plataforma de e-learning Moodle e um quadro interactivo. O domínio das TIC foi privilegiado na formação interna dos profissionais e na oferta formativa dos cursos CEF.

Dá-se nota de que o Agrupamento de Vila Nova de S. Bento foi pioneiro na introdução da disciplina de Espanhol, como terceira língua estrangeira, e na promoção de actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo (Iniciação ao Inglês, Educação Musical e Educação Física), antes destas actividades se terem tornado obrigatórias. A semana cultural é mencionada neste contexto, pela adesão da comunidade educativa às diferentes oficinas e pela visibilidade local que confere à Unidade de Gestão.

#### **4.4 Parcerias, protocolos e projectos**

O Agrupamento estabelece parcerias com entidades locais e regionais, pretendendo tirar partido dos recursos que disponibilizam e atenuar alguns dos seus constrangimentos, em resultado do carácter periférico do contexto em que se insere. A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Vila Nova de S. Bento e de Vila Verde de Ficalho são parceiros fundamentais. Coopera, também, com outras entidades, designadamente com o Centro Aprender + Rota do Guadiana, o Centro de Saúde de Serpa, a GNR, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Moura, o Centro de Paralisia Cerebral de Beja, a Associação de Pais e Amigos de Crianças com Deficiência Mental de Moura, a CERCI de Beja, os Bombeiros Voluntários de Serpa e Protecção Civil, o Grupo de Teatro BAAL17 e com o Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Excluindo os projectos nacionais em que está envolvido e já atrás referidos, concorreu ao projecto Comenius, tendo mantido intercâmbio com Escolas da Suécia, de Itália e da Roménia.

### **5. Capacidade de auto-regulação e melhoria do Agrupamento**

#### **5.1 Auto-avaliação**

À data desta intervenção, não tinha sido constituída uma equipa de auto-avaliação. A avaliação interna, incidindo, sobretudo, no desempenho dos órgãos e das estruturas, em face das competências que lhes estão atribuídas, e nas actividades realizadas, tem carácter fragmentado. Ainda que constitua uma dimensão essencial da organização escolar, não permite avaliar, com rigor, os objectivos definidos no Projecto Educativo, nem os progressos alcançados nas áreas que elegeram como prioritárias, tanto mais que não foram estabelecidas metas e critérios de avaliação claros. Por outro lado, a inexistência de planos de acção de melhoria concretos, co-responsabilizadores dos diferentes actores educativos e escolares, num quadro de intervenção integrada e sistémica, retira eficácia ao processo de melhoria da organização escolar.

#### **5.2 Sustentabilidade do progresso**

A acção, orientada, em traços gerais, para a melhoria dos resultados escolares, alargamento da oferta formativa e para o reforço da articulação interna entre níveis e ciclos de ensino, é favorecida pelo clima educativo, por uma liderança partilhada e pela estabilidade, motivação e empenho dos profissionais.

O Agrupamento, embora tenha identificado os domínios em que se concentram as suas fragilidades e pretenda reduzir o impacto destas no seu funcionamento, não desencadeou um processo consistente de auto-avaliação e de regulação interna, facto que constitui um obstáculo ao aprofundamento e sustentação do progresso. Revela, no entanto, capacidade para exercer a autonomia, no quadro legal fixado, nos domínios da gestão pedagógica, administrativa e financeira.

## V – Considerações finais

Apresenta-se agora uma síntese dos atributos da Unidade de Gestão (pontos fortes e pontos fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos) que poderá orientar a sua estratégia de melhoria.

Neste âmbito, entende-se por ponto forte: *atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos*; ponto fraco: *atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos*; oportunidade: *condição externa à organização que poderá ajudar a alcançar os seus objectivos*; constrangimento: *condição externa à organização que poderá prejudicar o cumprimento dos seus objectivos*.

Todos os tópicos seguidamente identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

### Pontos fortes

- O bom clima relacional entre os diversos intervenientes da acção educativa;
- A motivação dos profissionais;
- A articulação entre órgãos e estruturas de orientação educativa, na gestão do Agrupamento;
- A receptividade do Órgão de Gestão às propostas que lhe são apresentadas.

### Pontos fracos

- Os resultados escolares dos alunos do 3.º Ciclo, nas disciplinas de Matemática e de Inglês;
- A inexistência de equipa de auto-avaliação e a pouca consistência do processo;
- A fragilidade da articulação pedagógica interdepartamental e dos docentes do 1.º com os do 2.º Ciclo;
- A reduzida participação dos pais e encarregados de educação dos alunos dos 2.º e 3.º Ciclos.

### Oportunidades

- O maior envolvimento os pais e encarregados de educação na vida escolar do Agrupamento e no processo educativo dos filhos/educandos.

### Constrangimentos

- O transporte de alguns dos alunos, obrigando-os a uma longa ausência do domicílio, o que não favorece o seu sucesso escolar;
- A inexistência de Pavilhão Gimnodesportivo, condicionando a prática das actividades, sempre que as condições climatéricas são desfavoráveis.

### Nota da Direcção da IGE

Atendendo às classificações atribuídas nesta fase de avaliação externa, este Agrupamento deverá beneficiar de apoio específico no ano lectivo 2008/09, com a participação activa da Direcção Regional de Educação do Alentejo e o acompanhamento por parte da IGE. Neste sentido, o Agrupamento proporá um plano de melhoria, com objectivos e metas a cumprir.